



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1518

O ENSINO DE HISTÓRIA E O PERÍODO DA DITADURA MILITAR: APONTAMENTOS E LEITURAS ACERCA DESTA TEMÁTICA POR PROFESSORES DE HISTÓRIA

Rebecca Caroline Moraes da Silva
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. A ditadura militar brasileira foi um período da História do Brasil de muita luta e resistência. A necessidade de legitimação do governo fez com que este estabelecesse normativas a seu favor em todos os campos que lhe permitissem ser publicizado, inclusive na área da educação, por ser considerada o ambiente mais favorável à formação do pensamento crítico. Com a intenção de retirar a criticidade do ensino e implantar um regime curricular de cunho militarista, as ciências humanas foram colocadas à margem do currículo e tiveram várias restrições. O ensino de História, enquanto nosso ofício, tem de ser compreendido em sua amplitude e num aspecto histórico, como espaço de disputa de poderes a partir do currículo. A interferência estatal no currículo escolar e o silenciamento de alguns assuntos tornam este estudo necessário, para que compreendamos as especificidades do ensino de História e os porquês de toda essa preocupação do Estado com esta matéria e na sua capacidade de formação do pensamento. Este trabalho visa apresentar como foi o ensino de História no período da ditadura militar e, a partir de entrevistas, algumas visões de pessoas que participaram ativa ou passivamente deste momento da educação em suas cidades natal e escolheram para si como ofício educar História.

Palavras-chave: ditadura militar; ensino de História; professores; história oral.

Em 2014 o golpe completou 50 anos de seu acontecimento, o que fez com que os debates acerca dele voltassem à tona, colocando a historiografia em xeque frente a novas abordagens e revisões. A Ditadura Militar foi um período em que os militares assumiram o governo do Brasil e, durou de 1964-1985. É necessário compreender o período anterior a este episódio, entendendo quais foram as causas que o possibilitou. Quando Jânio Quadros deixou a presidência da República em 1961, seu vice, João Goulart, mais conhecido como “Jango”, assumiu o poder. Nesta época várias alianças políticas haviam se formado, de modo que muitas delas, não

apoiavam o governo do então presidente. Num acesso rápido na internet, podemos encontrar as palavras de Rainer Souza:

“Tendo sérias desconfianças sobre a trajetória política de Jango, alguns membros das Forças Armadas alegavam que a passagem do cargo colocava em risco a segurança nacional. De fato, vários grupos políticos conservadores associavam o então vice-presidente à ameaçadora hipótese de instalação do comunismo no Brasil”.

É importante ressaltar o papel dos Estados Unidos neste período, que mantinha a preocupação de que o governo brasileiro pudesse seguir uma linha hostil aos Estados Unidos, transformando-se em uma nova Cuba. Desse modo, o governo norte-americano apoiou e auxiliou os grupos que estavam contra o governo de João Goulart. O documentário “O dia que durou 21 anos” é bem incisivo em sua abordagem sobre a participação dos Estados Unidos no planejamento do golpe no Brasil. Conforme Peter Kornbluh, o Brasil era uma super potência regional e tinha um vasto potencial econômico e que, por isso, os Estados Unidos não poderiam se dar o luxo de perdê-lo para o comunismo, não suportariam uma nova Revolução Cubana. Por este motivo, Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil, se tornou uma importante personagem no desenrolar do pré-golpe – ele tinha como missão barrar todas as ações de cunho esquerdista que João Goulart pudesse querer promover.

“Recebendo de seu antecessor uma difícil situação econômica, marcada por grave crise financeira, Goulart viajou, em abril de 1962, para os Estados Unidos. Os objetivos eram buscar recursos e discutir temas que dificultavam as relações entre os dois países, sobretudo no tocante a nacionalização e à questão cubana” (FERREIRA, p.05).

Desse modo, em 1964 os militares aplicaram um golpe e passaram a governar o Brasil. É importante destacar que durante este período, o governo não permitia que os indivíduos expressassem suas ideias e opiniões e, dessa maneira, ocorreram diversas formas de constatação, por meio, por exemplo, das canções de protesto, mobilizações estudantis e produções cinematográficas.

A abordagem histórica do golpe militar brasileiro é recente, principalmente pelo maior distanciamento temporal, que faz com as críticas não sejam vistas como

“reacionárias”; além disso, pode-se enfatizar que a leitura historiográfica sobre este acontecimento criou muitos estereótipos, como moderação ou não dos presidentes, a ideia de revolução dentro da revolução, tipologia de grupos militares, entre outros.

Portanto, a partir desta contextualização mais geral a respeito da Ditadura Militar, procuramos compreender se houve ou não influência deste período no ensino de História.

A disciplina de História foi implantada no Brasil em 1838 no Colégio D. Pedro II localizado no Rio de Janeiro. “A matéria de História seria ministrada somente a partir da sexta série contando também com o agravante de que em muitos casos os professores não tinham material traduzido para o português e portanto eram obrigados a recorrer ao original em francês” (NADAI apud PLAZZA; PRIORI, p.02). Além deste empecilho para os professores ministrarem suas aulas, outro obstáculo foi a inserção do estudo de História nos currículos escolares, que sofreu grande resistência.

“Apesar de todas as dificuldades encontradas durante a implantação da disciplina de História, é possível perceber que ao longo dos anos será considerada uma matéria de fundamental importância para a formação do estudante brasileiro, oferecendo-lhe subsídios capazes de desenvolver uma visão mais ampla do mundo e dando-lhe uma maior capacidade crítica” (PLAZZA; PRIORI, p.03).

No ano de 1964 o governo vigente possuía diferentes objetivos e, entre eles, estava o de transformar o Brasil num país desenvolvido e progressista. Os governantes perceberam então, que para alcançar este propósito, era necessário aumentar o grau de escolaridade da população, e, portanto, “dada a importância que a educação estava assumindo [...] o governo deu-se conta da necessidade de um maior controle sobre o sistema educacional” (PLAZZA; PRIORI, p.06). Entretanto, de acordo com Otaíza de Oliveira Romanelli “se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em toda sua plenitude, senão a começar em 1968” (ROMANELLI, p. 196). Ainda segundo esta autora, o sistema educacional foi marcado por dois momentos a partir de 1964. O primeiro refere-se à implantação do regime e a preocupação com a política de reestruturação econômica. Além da repressão que também marcava essa fase, ocorreu “uma aceleração do ritmo do

crescimento da demanda do sistema educacional, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional” (ROMANELLI, p. 196). O segundo momento iniciou com medidas práticas tomadas pelo governo vigente para afrontar a crise e, se consolidou “depois no delineamento de uma política de educação que já via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional” (ROMANELLI, p. 196).

O papel da educação seria o de formador de mão-de-obra para o setor industrial, não tendo como função formar indivíduos críticos e questionadores que pudessem contestar as deliberações governamentais. “Dentro do projeto educacional do governo, não caberia um profissional autônomo, com um suposto domínio do saber” (NODA, p. 26). Houve nesta mesma época a formação das licenciaturas curtas, ocorrendo assim, a reestruturação do ensino superior, de maneira que “ao admitir e autorizar habilitações intermediárias em nível superior para atender as ‘carências do mercado’, o Estado revela ser desnecessária uma formação longa e sólida em determinadas áreas profissionais” (FONSECA apud PLAZZA; PRIORI, p.08). Para Marisa Noda os cursos de curta duração teriam vindo para resolver dois problemas: em primeiro lugar “possibilitou o aumento da oferta de vagas para o ensino superior” e em segundo “proporcionar uma formação voltada para a demanda de mercado, propiciando também um controle maior sobre que profissional se produz” (NODA, p.24).

É importante destacar que a educação brasileira passou a ter uma intensa influência da USAID (United States Agency for International Development), de maneira que “a USAID seguiu as linhas gerais de ajuda internacional para o desenvolvimento da educação que, (...) resulta em benefícios maiores para o país fornecedor do que para o país beneficiário” (ROMANELLI apud PLAZZA; PRIORI, p.07).

Desse modo, no regime militar, houve um rígido controle sobre a educação, principalmente na área das Ciências Humanas, destacando-se a Geografia e a História. As Ciências Humanas foram, então, substituídas, pelos Estudos Sociais, de modo que, segundo Rosimary Piazza e Angelo Priori, um dos principais objetivos foi o de “despertar o civismo nos educandos, uma vez que seus conteúdos dariam

prioridade principalmente aos ‘fatos históricos e heróis’ brasileiros” (PLAZZA; PRIORI, p. 10). De acordo com Marisa Noda, com os Estudos Sociais foi “percebendo-se a influência dos Estados Unidos no projeto da educação brasileira, pois fora importado de lá o modelo adotado” (NODA, p.25). É importante destacar que esta junção, causou uma irregularidade entre os professores, no que se refere a forma e aos conteúdos a serem ensinados. Além do controle no que se refere a formação do profissional, ocorreram muitas restrições ao que ensinar e como ensinar, impossibilitando assim, uma análise crítica dos acontecimentos. “O novo curso de Estudos Sociais, tornou-se responsável pela formação do professor reprodutor das ideias do Estado, de preferência, um professor que traduzia, à seus alunos em sala de aula, o discurso militar” (NODA, p.28).

“A História passou a servir como justificadora do sistema governamental vigente, pois terá a sua estrutura de ensino voltada para atender as bases ideológicas dos militares obtendo respostas isoladas e totalmente descontextualizadas, impedindo assim uma reflexão mais crítica, visto que o homem comum não era visto como um ser participante da construção histórica a qual estava inserido” (PLAZZA; PRIORI, p.03).

Tendo isto em vista, buscamos compreender, a partir de entrevistas previamente projetadas, como essa interferência na grade curricular básica afetou o ensino nas escolas, tanto no sentido da construção do conhecimento como da reflexão e também considerações sobre os rumos que o ensino de História tomou nesta pequena amostragem.

A História Oral tem tido mais espaço nas pesquisas atualmente e a razão disso é que a partir dela podemos obter o passado que está no presente. Não se pode confundir história oral com oralidade ou com fontes orais; oralidade é, conforme Meihy, o conjunto mais amplo das expressões verbais, falas improvisadas ou discursos premeditados. Da oralidade para as fontes orais, a principal diferença é que estas estão gravadas a partir da tecnologia moderna. As fontes orais são os objetos da história oral, entretanto, esta só é possível mediante projeto pré-estabelecido, com etapas claras, como planejamento, gravação, transcrição e eventual análise.

Relatos de experiências individuais ou coletivas sempre têm o quê acrescentar à história. A história oral abre espaço para que as experiências de minorias discriminadas e pessoas anônimas ganhem sentido social, de maneira que sua memória documentada agora pode ser objeto de estudo de diversas áreas.

“A história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva” (MEIHY, p. 21).

Buscamos professores da rede pública básica e superior de ensino para nos contar sobre as perspectivas que tiveram sobre o ensino de história em sua formação básica onde viveram e, também, sobre como atualmente em Londrina se dedicam à formação histórica de jovens e adolescentes que não vivenciaram esse momento da História recente. Também buscamos nas entrevistas, entender como essa parte da história do Brasil ainda é muito viva dessas pessoas.

Nesta pesquisa, o trabalho com história oral se deu da seguinte maneira: elaboramos um roteiro para as entrevistas com duas professoras de História da rede básica e dois professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Perguntamos o ano de nascimento para saber que parte de sua vida passou pelo período ditatorial, onde viveram nesta época, quais suas memórias e o que gostavam de fazer para se divertir, a fim de percebermos o serviço de censura da ditadura e sua influência na vida cotidiana. Perguntamos também como era o cotidiano nas escolas que frequentavam e como perceberam a diferença do ensino de História durante a ditadura e no pós-ditadura.

Nossa primeira entrevista foi com a professora Elizabete Cristina de Souza Tomazini, que atualmente leciona a disciplina de História na Escola Estadual Doutor Gabriel Carneiro Martins. Nascida em 1972, viveu apenas a infância no período correspondente à Ditadura Militar, era estudante e morava com os pais. Os momentos de diversão eram as visitas nas casas dos tios, avós e foi pouco a Cinema, pois sua família tinha uma renda baixa. Escutava rádio, assistia à televisão e lia muito: revista, livros infantis, coleção vagalume entre outros. Pela escola teve acesso a uma caixa de livros levada pela professora de português, devido a qual pôde ler

obras nas quais jovens e adolescentes, filhos de perseguidos políticos, contavam suas versões. Mais velha leu “Feliz ano Velho”, livro no qual Marcelo Rubens Paiva relatava sua vida e falava muito do pai. Um momento marcante em sua vida foi quando uma pessoa que a mesma professora de português levou à escola para ser entrevistada perguntou se sabiam que período da política havia acabado; Bete, como gosta de ser chamada, disse “nem sei de onde tirei aquilo, mas eu falei ‘Ditadura Militar’ e ficou todo mundo espantado; como imaginar que uma criança soubesse do que ocorria (eu tinha uns 12 anos na época)”. Bete optou pela História por acreditar que esta podia ser ensinada de um modo diferente do qual aprendeu e pontua que as principais diferenças do ensino durante a ditadura e agora é a “liberdade de poder falar o que quiser, sem medo” Mas ressalta um ponto dizendo que “há um esvaziamento dos profissionais, fico pensando que tipo de professor se formará, pois há um silêncio sobre a Ditadura, um silêncio ideológico, algo maniqueísta, hoje dá ‘IBOPE’ ser contra, no passado era o contrário. Ainda falta o distanciamento, talvez de 100 anos (risos) pra poder ter um olhar mais de longe”

O segundo entrevistado foi o professor Marco Antonio Neves Soares, do Departamento de História da UEL. Nascido em 1967, na cidade de Assis (São Paulo), pontuou que suas maiores lembranças desse período são sobre as censuras morais. Contou também sobre um padre (ainda vivo) da cidade, que fazia o papel de censor: nenhum filme, concerto, entres outras manifestações artísticas, era apresentado na cidade sem antes ser visto ou ouvido pelo padre, que escolhia o que poderia ou não passar. Lembrou que sua professora no ensino médio tinha uma didática muito ruim (talvez tivesse sido formada nas licenciaturas curtas da ditadura) e que seu maior empenho depois de formado em História era no planejamento das aulas, para que seus alunos não tivessem sobre ele a mesma impressão que ele tinha da sua antiga professora. Sua lembrança mais cruel do período foi o assassinato de um repórter, sobre o qual na época não podia ser falado; disse: “disseminaram que ele tinha cometido suicídio, mas todos sabiam que não era bem assim”. E a lembrança que considerou mais engraçada era em relação ao filme nacional “Dona Flor e seus dois maridos”, dizendo que “foi o momento que levou a classe média ao cinema e o assunto não a agradou muito: um triângulo amoroso, ainda um triângulo amoroso com um defunto, então foi um escândalo muito grande”.

Veio para Londrina já para dar aulas no ensino superior e foi despertado para a História em sua graduação, através do trabalho com fontes.

A terceira entrevista foi com a professora Sandra Regina Denipoti de Oliveira, da Escola Estadual Hugo Simas. Nascida no ano de 1969 na cidade de Maringá, no Paraná, sempre morou em cidades menores no interior do Paraná, pois o pai era bancário, então entre o nascimento e a faculdade em Maringá, moraram em três cidades. Sandra nasceu durante a ditadura e teve sua vida escolar neste período; quando entrou na faculdade, em 1986, já estava ocorrendo a abertura democrática, porém com bastante resquícios da ditadura ainda. Quando era adolescente ia ao cinema, dava “voltinhas na avenida” nos domingos de tarde e também tinha as discotecas, das quais só podia frequentar as do clube. Sobre música, a entrevistada disse: “ouvira bastante rádio, fitas e discos, na minha casa sempre teve bastante MPB, Chico Buarque, Elis, Vinicius... minha família nunca gostou de jovem guarda. Ouvira Blits, Titans, Paralamas do Sucesso e outras bandas da época”. Sobre as lembranças escolares, a professora ressalta que tinham uma rotina “meio militar” (cantavam o Hino Nacional “em posição de sentido”, marchavam, inclusive nos desfiles do 7 de setembro, nos quais os alunos eram obrigados a desfilar e exaltar as riquezas do Brasil). Sobre censura, recordou-se bem sobre filmes e músicas: “no cinema a gente vaiava quando o filme era cortado e tinha também as propagandas antes dos filmes (propagandas do governo, dos jogos da seleção e etc)”. Em específico sobre a educação, a entrevistada disse que, apesar de muito ouvir saudosistas dizerem que naquela época o ensino era melhor, ela não concorda com isso, pois “era uma decoreba sem sentido; não importava se a gente entendia ou não, era um horror, eu nunca gostei de decorar, sempre preferi entender o ‘porquê das coisas’”.

Por fim, a quarta e última pessoa entrevistada foi a professora Marlene Rosa Cainelli, da área de Ensino do Departamento de História da UEL. Marlene Cainelli nasceu no ano do Golpe, 1964, em Dracena (São Paulo), portanto, desde seu nascimento viveu a ditadura em cidades do norte do Paraná, como Londrina, Arapongas, Astorga, Santa Fé e Jaguapitã. A professora recordou-se de um momento específico das suas aulas de história na escola, dizendo que “um professor de História que se chamava Evilasio e gostava de falar do regime militar

com a porta da sala de aula fechada e em voz baixa; nós achávamos muito curioso, mas não entendíamos muito o que estava acontecendo”. Durante sua infância e juventude ouvia muita música, como de Antonio Marcos, Lulu Santos, Elis Regina, Toquinho e Vinicius de Moraes (ressaltou inclusive que este foi responsável pela trilha sonora de seu primeiro encontro). Lia muitos livros da biblioteca pública e da escola (escolhia um livro e depois lia todos os livros do mesmo autor). Para ela, a ditadura militar na sua adolescência nunca foi um problema, até parecia natural. Hoje, sobre o ensino de História, Cainelli é especialista e foi além do relato para falar sobre isso:

“Na ditadura militar o ensino de história perdeu sua característica de conteúdo autônomo com uma disciplina e passou a figurar juntamente com geografia em uma outra disciplina chamada estudos sociais. Esta perda da autonomia veio acompanhada de mudanças nos conteúdos ensinados que passaram a priorizar como no fim do século XIX a figura dos heróis públicos e a importância da instituição militar para o país. Ensinava-se muito mais a História da Europa, chamada de História Geral do que história do Brasil. Foram criadas também disciplinas como OSPB e Educação Moral e Cívica para educação Básica e EPB(estudos dos problemas brasileiros) para os cursos superiores. Pós ditadura militar o ensino de história sofreu uma mudança drástica com a volta da disciplina de história e uma história ensinada com vertente prioritariamente marxista”. (CAINELLI, em entrevista)

No Brasil a Ditadura Militar mostrou-se de maneira bastante intensa em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e, da mesma forma, outras cidades também sofreram os atos repressivos deste governo. Pode-se notar que nem o maior instigador do golpe, Lincoln Gordon, conforme “O dia que durou 21 anos”, imaginou os rumos que a ditadura poderia tomar, como toda repressão e torturas etc, nem que duraria por tantos anos. A população foi lentamente percebendo que a revolução não tinha um caráter tão democrático quanto prometia e aos poucos foi desencantando. Carlos Fico encerra seu artigo afirmando que todas as causas devem ser levadas em consideração – fatores internos e externos que convergiram; e “que uma tal conjunção de fatores adversos – esperamos todos – jamais se repita” (FICO, p. 56).

Analisando as entrevistas com esses professores pode ser percebido que esse momento político foi significativo na vida de toda a população. De alguma maneira, entender o que acontecia naqueles anos quando eles se passaram,

influencia na maneira como se vive atualmente e certamente influenciou a formação profissional de cada um, pois escolher a História, temida e silenciada pelos ditadores, para lecionar.

Enfim, neste trabalho, a memória da cidade natal de cada entrevistado está em xeque e o ensino de História por eles na cidade de Londrina também está em questão, procurando demonstrar as modificações que os atuais professores propõem em sua metodologia de ensino. Portanto, pode-se inferir que este período trouxe influências para a cidade de Londrina, de maneira que a partir da memória de cada entrevistado, nota-se as mudanças que ocorrem em seu modo de viver e de compreender a realidade à sua volta.

Referências Bibliográficas

SOUSA, Rainer. **João Goulart**. Disponível em

<<http://www.brasilecola.com/historiab/joao-goulart.htm>> Acesso em 12 de junho de 2014.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR**. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf> > Acesso em 19 de maio de 2014.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da educação no brasil: 1930 - 1973**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. Petropolis: 267 p.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil - militar de 1964. In:

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs.) **O Brasil republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 344-405.

NODA, Marisa. **Lembranças da Ditadura - Londrina 1968 - 1979**. Dissertação apresentada à UEL em 1998 como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação de Marlene Cainelli.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 4. ed.

TAVARES, Camilo; TAVARES, Flávio. **O dia que durou 21 anos**. Brasil, 2012, Documentário, Histórico.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29 – 55, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>.